



Mensagem nº 016/2021-GP.

São Paulo do Potengi/RN, 30 de agosto de 2021.

Exmº. Senhor Presidente,

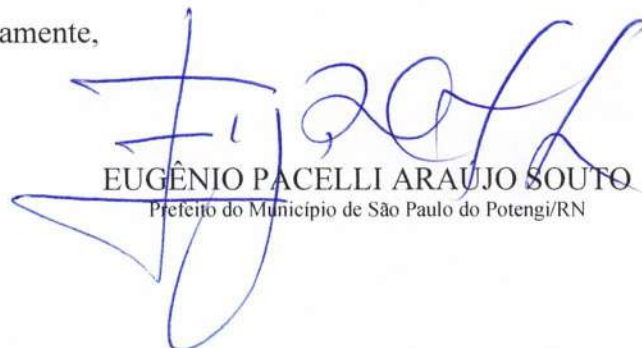
Vimos pelo presente, enviar à Câmara Municipal de São Paulo do Potengi/RN, a matéria em anexo que trata das diretrizes orçamentárias para o ano de 2022, do nosso Município, quando nela estão dispostas as prioridades e ações a serem executadas ao longo do próximo exercício.

Como é de conhecimento amplo, as “contas de governo” (Balanço) do exercício de 2020, é a grande referência para que definamos as metas fiscais do ente, quando por isso adotamos essa importante peça de gestão para elaboração das metas que ora são apresentadas.

É através dela que sabemos o comprometimento do gasto com pessoal, a capacidade de investimentos, como seguiram os gastos com a manutenção da máquina, a previdência, o alcance das metas fiscais do ano anterior, as receitas, as despesas, os investimentos em educação, em saúde, enfim informações relevantes ao cotidiano do Poder Público Municipal e da presente matéria que ora se apresenta.

Deste feita, vimos apresentar este Projeto de lei para apreciação e deliberação desse Legislativo Municipal, ao tempo que ficamos a disposição de qualquer informação adicional que se faça necessária.

Atenciosamente,


EUGÊNIO PACHELI ARAUJO SOUTO
Prefeito do Município de São Paulo do Potengi/RN

Recebido em
03/09/2021
Assinatura

Ao Exmº. Senhor
M.D. Vereador Presidente da Câmara Municipal
Município de São Paulo do Potengi/RN



Projeto de Lei nº /2021.

Dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do município para o exercício de 2022, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Paulo do Potengi/RN:
Faz saber que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal (*artigo 165, II, Parágrafo 2º*), combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 (*artigo 4º*), do Município de São Paulo do Potengi/RN, para o ano de 2022, nela compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2022, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO II Das Definições

Artigo 2º - As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III Do Orçamento Municipal SEÇÃO I Do Equilíbrio

Artigo 3º - Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2022 será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior ao valor das receitas previstas.

Artigo 4º - A avaliação dos resultados dos programas será realizada ao longo do período, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.

Artigo 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2022 será composta das seguintes peças:

- I. projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e



II. anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;

b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal;

c) recursos destinados à promoção da assistência social, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;

d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;

f) despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;

g) receitas e despesas por categorias econômicas;

h) evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores, bem como a receita prevista para este exercício e para mais dois exercícios seguintes;

i) despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica, sub-categoria e elemento;

j) programa de trabalho, de cada unidade orçamentária, em nível de função, sub-função, programa, projetos e atividades;

k) consolidado por funções, programas e sub-programas;

l) despesas por órgãos e funções;

m) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;

n) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;

o) recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;

p) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, e outros Fundos;

q) especificação da legislação da receita.

Parágrafo 1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2021, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2022 e as disposições da presente Lei.

Parágrafo 2º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente, conforme for o caso.

Parágrafo 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2022, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, à Câmara Municipal.

Artigo 6º - No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2022, conterà autorização para abertura de créditos adicionais suplementares em trinta por cento da despesa geral.

Artigo 7º - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis.



Artigo 8º - Constará na proposta orçamentária a “Reserva de Contingência” para ações emergenciais e não previstas no orçamento, como também para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a cinco por cento da Receita Corrente Líquida.

Artigo 9º - O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta, caso as tenha.

Artigo 10 - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (*artigo 166, Parágrafo 3º, II, "a", "b", "c", e Parágrafo 4º*), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei, quando o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

SEÇÃO II

Da Classificação das Receitas e Despesas

Artigo 11. - Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

- a) Pessoal e Encargos Sociais
- b) Juros e Encargos da Dívida
- c) Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- a) Investimentos
- b) Inversões Financeiras
- c) Transferências de Capital
- d) Amortização da Dívida Interna

Parágrafo 1º - A classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

Parágrafo 2º - As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo serão identificadas por projetos e/ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 (*artigo 8º, Parágrafo 2º, e no Anexo V*).

Parágrafo 3º - As despesas de custeio programadas para o exercício de 2022 terão como prioridades os projetos e/ou atividades elencados no anexo I a esta Lei.

Parágrafo 4º - As despesas de capital programadas para o exercício de 2022 estarão elencadas no anexo II a esta Lei.

Parágrafo 5º - A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022 poderá contemplar Despesas de capital não contidas no anexo II desta Lei, contanto que sejam voltadas a serviços essenciais, como à saúde, educação, assistência social, agricultura e infraestrutura urbana.

CAPITULO IV

Das Receitas



Artigo 12 - A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (*Seções I e II, do Capítulo III, artigos 11 e 14*) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2021.

Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2022 serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:

- I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II. variações de índices de preços;
- III. crescimento econômico; e
- IV. evolução da receita nos últimos três anos.

Artigo 13 - Não será permitida no exercício de 2022, a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego, renda e arrecadação de impostos.

CAPÍTULO V
Das Despesas
Seção I
Das Despesas com Pessoal

Artigo 14 - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, e compreendem:

- a) o gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos,
- b) a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor,
- c) a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais,
- d) o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão,
- e) a realização de processo seletivo e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, e
- f) o recrutamento e a administração de estagiários para desenvolverem atividades nas diversas áreas da administração municipal.

Artigo 15 - O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, o Relatório resumido da execução orçamentária/RREO, quando nele conterà os dados de receitas e despesas municipais bimestrais; e no quadrimestre ou semestre, a depender do limite de gasto com pessoal, o Relatório de gestão fiscal/RGF, quando nele conterà o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Parágrafo 2º - Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Artigo 16 - A partir de janeiro de 2022, fica autorizado o reajuste das remunerações dos servidores e os subsídios dos agentes políticos, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.



Seção II

Do Repasse ao Poder Legislativo

Artigo 17 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, adotando as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, combinada com a Emenda Constitucional nº 58/2009.

Seção III

Das Despesas Irrelevantes

Artigo 18 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados a isenção de licitação na contratação de compras e serviços, devidamente estabelecidos no artigo 23, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Seção IV

Das Despesas com Convênios

Artigo 19 - O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:

I. sejam aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, o cronograma de desembolso;

II. a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no Plano plurianual de investimentos;

III. seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;

IV. possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e

V. sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes;

Seção V

Das Despesas com Novos Projetos

Artigo 20 - O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

CAPÍTULO VI

Dos Repasses à Instituições Públicas e Privadas

Artigo 21 – Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o exercício de 2022, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários à instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e ainda, aos dispositivos seguintes:

I. que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de esportes, de assistência social, saúde e educação, e estejam registradas nos órgãos competentes;



- II. que possua lei específica para autorização da subvenção;
- III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, se houver, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao Setor Financeiro da Prefeitura Municipal, na conformidade do Parágrafo Único, do artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;
- IV. que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de sua constituição, até 31 de dezembro de 2021;
- VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o FGTS, conforme artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e perante aos Débitos Trabalhistas, a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município, a Fazenda Estadual e a Fazenda Federal; e
- VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

CAPÍTULO VII

Do Convênio com a Segurança Pública e Outras áreas essenciais

Artigo 22 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e parcerias com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sendo o ente municipal o órgão beneficiado pela ação e/ou pelos possíveis repasses financeiros conveniados, visando o reforço da segurança pública.

Parágrafo Único – Também fica autorizada, a celebração de outros convênios e/ou parcerias, com outros órgãos públicos, visando ações em áreas essenciais da estrutura pública, tais como: educação, saúde, assistência social e agricultura.

CAPÍTULO VIII

Dos Créditos Adicionais, dos remanejamentos e realocações

Artigo 23 - Os créditos adicionais especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma de *caput* deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:

- I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. os provenientes do excesso de arrecadação;
- III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
- IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
- V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Artigo 24 - Ao longo do ano, também está autorizada a realização de remanejamentos de valores, realocações ou transposições de dotações orçamentárias disponíveis de uma Unidade



Orçamentária para outra, dentro ou não da mesma categoria econômica, cujo ato será gerado pelo Setor de Contabilidade do ente, o que será submetido ao Secretário Municipal da pasta encarregada pela atividade contábil.

Artigo 25 - As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão, no que couberem, as informações necessárias para esclarecimentos dos dados orçamentários pleiteados.

Artigo 26 - As propostas de modificações ao Projeto de lei do orçamento serão apresentadas com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Artigo 27 - Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2021, poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Na hipótese de ter sido autorizado crédito na forma do *caput* deste artigo, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2021, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, de Constituição Federal.

Artigo 28 - O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá receber e despachar com a Chefia do Gabinete do Prefeito, os pedidos de abertura de novos créditos adicionais, em até 30 (trinta) dias do recebimento do pedido.

CAPÍTULO IX
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização
SEÇÃO I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Artigo 29 - O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais ao longo do período.

Parágrafo Único - Em consonância com o posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, o ente poderá promover atualização das metas fiscais ora previstas nesta Lei, no momento da elaboração do Projeto de lei do orçamento para o exercício de 2022, como uma medida a reduzir o grau de incerteza das projeções de receitas anuais, e isso em virtude da recessão econômica provocada pela Pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no ano corrente.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Artigo 30 - Se verificado ao final do semestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subsequentes, limitações de empenho e movimentação financeira.



Parágrafo Único - A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no *caput*, será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Artigo 31 - Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO X Das Vedações

Artigo 32 - Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Artigo 33 - É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Parágrafo Único – Além da vedação definida no *caput*, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I – atividades e propagandas político-partidárias;
- II – objetivos ou campanhas estranhas as atribuições legais do Poder Executivo;
- III – obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
- IV – auxílios a entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO XI Das Dívidas SEÇÃO ÚNICA Da Dívida Fundada Interna SUB-SEÇÃO I Dos Precatórios

Artigo 34 - Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2022, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, incluindo as despesas com precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2021, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2022, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).

SUB-SEÇÃO II Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna



Artigo 35 - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da dívida fundada interna.

CAPITULO XII Do Plano Plurianual

Artigo 36 - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2022, programas, projetos e metas constantes do Plano plurianual de investimentos, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

Artigo 37 - Os projetos imprecisos constantes do Plano plurianual de investimentos existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2022.

Artigo 38 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir novos projetos na legislação que trata do Plano plurianual de investimentos para o quadriênio 2022/2025.

Artigo 39 – Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das metas e prioridades para o ano de 2022, constantes no Plano plurianual de investimentos, fica o Executivo Municipal autorizado a promover por decreto, as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

CAPITULO XIII Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 40 - A proposta orçamentária para o exercício de 2022 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no *caput*, o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2021.

Artigo 41 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2022, será entregue ao Poder Executivo até 01 de agosto de 2021, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Artigo 42 - Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2022, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até dezembro de 2021, tendo sua publicação ainda nesse exercício.

Artigo 43 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

I. Poder Executivo, nas audiências públicas realizadas com esse objetivo, ou até 1º de julho de 2021, junto ao Gabinete do Prefeito; e

II. Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.



Parágrafo Único - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Artigo 44 - A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e anexos previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Artigo 45 - Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção do Executivo Municipal, até 31 de dezembro de 2021, a programação ali constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.

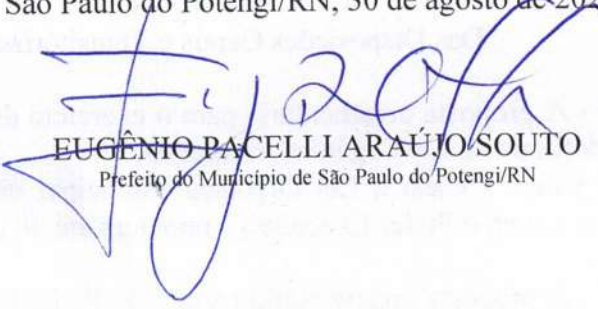
Parágrafo Único – Estão além do limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) pagamento do serviço da dívida;
- c) projetos e execuções no ano de 2021 e que perdurem até 2022, ou mais;
- d) pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais; e
- e) despesas de natureza essencial ao bom funcionamento da estrutura pública municipal.

Artigo 46 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 47 – Revogam-se as disposições em contrário.

São Paulo do Potengi/RN, 30 de agosto de 2021.


EUGÊNIO PACHELLI ARAÚJO SOUTO

Prefeito do Município de São Paulo do Potengi/RN



ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES DE CUSTEIO A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Na área Administrativa

- 1.1.1 - Promover política de valorização do servidor público municipal;
- 1.1.2 - Desenvolver programas de capacitação, treinamento e reciclagem do servidor;
- 1.1.3 - Aperfeiçoar os serviços de informatização;
- 1.1.4 - Modernizar a administração municipal;
- 1.1.5 - Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático;

1.2 – Nas áreas de Planejamento e Finanças

- 1.2.1 - Viabilizar as atribuições da área de planejamento;
- 1.2.2 - Implantar ferramentas e procedimentos para controle orçamentário de receitas e despesas, inclusive reserva financeira para contrapartidas dos projetos contemplados no SICONV e futuros convênios em tramitação;
- 1.2.3 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores;
- 1.2.4 - Racionalizar os gastos do município;
- 1.2.5 – Estimular as receitas do município;

1.3 - Nas áreas de Meio Ambiente e Urbanismo

- 1.3.1 - Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- 1.3.2 - Recuperar e limpar rios e lagoas;
- 1.3.3 - Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- 1.3.4 - Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
- 1.3.5 - Implantar projetos ambientais e urbanísticos nas áreas do município;
- 1.3.6 - Desenvolver programas de educação ambiental;
- 1.3.7 - Intensificar a fiscalização urbanística e ambiental;
- 1.3.8 – Fiscalizar o serviço de coleta de resíduos sólidos comerciais, industriais e residenciais.

1.4 - Na área da Educação

- 1.4.1 – Manter a integração das creches e pré-escola ao sistema municipal de ensino;
- 1.4.2 - Manter o programa de alimentação escolar, com excelência;
- 1.4.3 - Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
- 1.4.4 - Desenvolver programas educativos sobre combate às drogas, meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
- 1.4.5 – Desenvolver o Programa de Transporte Escolar, seja com apoio do Governo Estadual e/ou Federal, e através de veículos adequados;
- 1.4.6 - Estimular a prática esportiva nas escolas;
- 1.4.7 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa e treinamento profissional dos servidores da educação;
- 1.4.8 - Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;



- 1.4.9 - Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
- 1.4.10 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental;
- 1.4.11 - Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares;
- 1.4.12 – Manter a avaliação de desempenho do magistério;
- 1.4.13 – Manter a informática a disposição da classe estudantil e sua família;
- 1.4.14 - Estimular a Educação Integral no nível infantil, Pro-infância e Ensino Fundamental- Programa Mais Educação;
- 1.4.15 – Estimular a gestão plena administrativa na educação;
- 1.4.16 – Construção de novas escolas;
- 1.4.17 - Integração da rede municipal/regime de parceria (SAÚDE, ASSISTÊNCIA, ESPORTE, CULTURA e demais secretarias e coordenações);
- 1.4.18 - Ampliação do atendimento na creche e pré-escola, no ensino fundamental I e II, na educação especial e na educação de jovens e adultos (EJA)
- 1.4.19 - Manter a integralização da rede municipal ao Sistema de Ensino;
- 1.4.20 - Atualização dos projetos arquitetônicos e complementares das escolas municipais;
- 1.4.21 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa e treinamento profissional aos servidores da educação;
- 1.4.22 - Promover programas de redução da repetência e evasão escolar;
- 1.4.23 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação da Educação Básica;
- 1.4.24 - Manutenção dos Conselhos Municipais pertinentes a pasta, tais como: CACS-Fundeb, CAE, CME e Conselhos Escolares;
- 1.4.25 - Promover ações que viabilizem a Educação Integral em todas as modalidades de Ensino;
- 1.4.26 - Promover a Gestão Plena da Educação Municipal;
- 1.4.27 - Disponibilizar o acesso Internet para a classe estudantil;
- 1.4.28 - Informatizar e instrumentalizar e equipar a Biblioteca Pública Municipal;
- 1.4.29 - Garantia do transporte para a condução dos alunos da rede pública municipal de ensino com apoio do Governo Federal e Estadual;
- 1.4.30 - Promover programas informativos e educativos relacionados com uso das mídias sociais que tratem temáticas como: drogas, sexualidade, saúde, bullying, cidadania, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, entre outros;
- 1.4.31 - Atualizar a Lei Municipal que criou o Sistema Municipal de Ensino de São Paulo do Potengi/RN;
- 1.4.32 - Ofertar merenda escolar de qualidade e em quantidade suficiente que atenda padrões e normas nutricionais para cada grupo etário com o apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do Governo federal.
- 1.4.33 - Organizar, junto ao Cartório do município, a documentação de dominialidade e registro de todos os prédios públicos onde funcionam as escolas municipais.

1.5 - Nas áreas de Trânsito e Transportes

- 1.5.1 - Promover a implementação da infraestrutura das estradas vicinais do município;
- 1.5.2 - Manter e recuperar a frota municipal, inclusive alienando os bens inservíveis;
- 1.5.3 - Fiscalizar o sistema de iluminação pública, viabilizando sua manutenção e sua ampliação;
- 1.5.4 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
- 1.5.5 – Abrir novas ruas e logradouros, quando necessário, visando à ampliação dos limites urbanos;
- 1.5.6 – Manter a malha viária em boa condição de tráfego, em especial com a recuperação de bueiros nas estradas vicinais;



- 1.5.7 – Manter as unidades administrativas necessárias à gestão municipal, bem como os equipamentos públicos de uso comum;
- 1.5.8 - Promover a sinalização das ruas;
- 1.5.9 – Manter as áreas residenciais e comerciais saneadas, inclusive com a substituição de canos e a construção de novas caixas coletoras;
- 1.5.10 - Manter o sistema de esgotamento sanitário e de fossas sépticas em prédios públicos;

1.6 – Na área de Desenvolvimento Rural

- 1.6.1 – Prover o pequeno agricultor e pescador com materiais e utensílios de trabalhos;
- 1.6.2 – Ofertar veículos agrícolas para o corte e preparo de terras de pequenos agricultores;
- 1.6.4 – Garantir a safra da agricultura familiar, destinando parte dela à alimentação escolar;
- 1.6.5 - Disponibilização de parte do corpo técnico que constituem o SIM.
- 1.6.6 - Colaborar para a solicitação de financiamentos para renovação de equipamentos.
- 1.6.7 - Capacitação por atividades de ressocialização.
- 1.6.8 - Distribuição pontual de alevinos nas reservas de água do município.
- 1.6.9 – Manutenção de estradas vicinais;
- 1.6.10 - Realizar o preparo inicial do solo com veículos e implementos agrícola (corte de terra);
- 1.6.11 - Transporte de materiais agrícolas;
- 1.6.12 - Confecção de ensilagem e suporte forrageiro;
- 1.6.13 - Promover o desenvolvimento das unidades produtivas na agricultura e pecuária;
- 1.6.14 - Disponibilização da farmácia básica para sanidade animal e programa de vacinação;
- 1.6.15 - Assistência veterinária e programa de castração de animais de rua e de tutores de baixa renda;
- 1.6.16 - Incentivar novos projetos e dinâmicas produtivas no município;
- 1.6.17 - Levantamento e monitoramento das características químicas do solo e da água do município;
- 1.6.18 - Retirada das vias públicas animais com potencial risco de causarem acidentes;
- 1.6.19 - Reestruturar os currais de contenção destes animais.
- 1.6.20 - Contribuir com insumos para a produção das mudas.
- 1.6.21 - Realizar o pagamento da contra partida do programa para a seguridade dos agricultores.
- 1.6.22 - Promover o cadastro continuado dos agricultores nas comunidades rurais.
- 1.6.23 - Reestruturação e manutenção do Parque de Exposições Francisco Bezerra de Brito
- 1.6.24 - Realização Expo-Potengi (Caprifeira)
- 1.6.25 - Implantação e realização de Feirões Agropecuários periódicos
- 1.6.26 - Reestruturação e aquisição de equipamentos para abertura e retomada das atividades da unidade de processamento de carnes Joaquim Silvestre dos Santos.
- 1.6.27 - Manutenção continua da unidade;
- 1.6.28 - Reestruturação da estrutura física do Mercado público;
- 1.6.29 - Formação das parcerias para o consórcio dos municípios da região potengi.

1.7 - Nas áreas de Cultura e Turismo

- 1.7.1 – Restaurar, recuperar e construir espaços/equipamentos culturais e turísticos;
- 1.7.2 - Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato locais;
- 1.7.3 – Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
- 1.7.4 – Manter e equipar a banda de música municipal;
- 1.7.5 – Incentivar a criação e manutenção do coral municipal.
- 1.7.6 – Implantar ações que visem à capacitação de guias mirins;



- 1.7.7 – Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o turismo;
- 1.7.8 – Promover campanhas educativas voltadas ao turismo;
- 1.7.9 – Criar o balcão de informação turística nos principais pontos turísticos municipais.
- 1.7.10 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços culturais;

1.8 – Na área Fazendária

- 1.8.1 - Modernizar os sistemas de arrecadação e tributação do município;
- 1.8.2 – Implementar meios de arrecadação e execução da dívida ativa municipal;
- 1.8.3 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores;
- 1.8.4 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte da responsabilidade social com o pagamento do IPTU;
- 1.8.5 - Diminuir os níveis de inadimplência;
- 1.8.6 – Implementar o Controle de Fiscalização;

1.9 – Na área do Esporte e Lazer

- 1.9.1 – Restaurar e recuperar espaços/equipamentos esportivos e de lazer;
- 1.9.2 - Implantar projetos esportivos e de lazer, sobretudo a valorização do esporte de base e amador;
- 1.9.3 – Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o esporte;
- 1.9.4 – Promover campanhas educativas voltadas ao esporte;
- 1.9.5 - Apoiar a prática esportiva comunitária;
- 1.9.6 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos;
- 1.9.7 – Manter e recuperar quadras de esportes e ginásio poliesportivo;
- 1.9.8 – Promover eventos esportivos de esportes coletivos e individuais;
- 1.9.9 – Promover formação continuada para os profissionais que trabalham com a Juventude, Esporte e Lazer no município;

1.10 – Na área da Chefia Central, através do Gabinete Civil

- 1.10.1 – Manter e estruturar o Gabinete do Prefeito;
- 1.10.2 – Manter as ações da Controladoria Municipal;
- 1.10.3 – Manter as ações da Procuradoria Municipal;
- 1.10.4 – Manter as ações da Casa do Empreendedor;
- 1.10.5 – Manter e estruturar o Distrito Empresarial;

1.11 – Na área de Obras

- 1.11.1 – Planejar os próximos investimentos, providenciando os respectivos projetos básico e executivo, com as especificações técnicas de cada empreendimento;
- 1.11.2 – Manter revitalizada a estrutura dos prédios já existentes;
- 1.11.3 – Garantir a manutenção dos prédios já existentes;

1.12 - Na área da Habitação

- 1.12.1 - Incentivar políticas de Habitação;
- 1.12.2 - Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda e regularização fundiária;

1.13 - Na área do Emprego



- 1.13.1 - Apoio a comunidade com a criação de cursos de artesanato, bem como encontrando espaços para escoamento da produção;
- 1.13.2 - Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda, em especial aos programas de apoio aos artesãos local;

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

2.1 – Na área da Saúde

- 2.1.1 - Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
- 2.1.2 - Dar continuidade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
- 2.1.3 - Promover ações básicas de saúde;
- 2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle as pandemias, epidemias e endemias;
- 2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
- 2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
- 2.1.7 - Manter e recuperar a frota vincula à política pública de saúde;
- 2.1.8 - Garantir as condições materiais para os grupos de apoio a saúde da criança, do adolescente, do deficiente físico, da mulher e do idoso;
- 2.1.9 - Ampliar a assistência médica, através da Estratégia Saúde na Família;
- 2.1.10 - Ampliar a assistência odontológica, através da Estratégia Saúde Bucal;
- 2.1.11 – Manter as ações do programa de Agentes Comunitários de Saúde e combate às Endemias;
- 2.1.12 – Incentivar o programa de assistência à mulher e ao homem;
- 2.1.13 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência;
- 2.1.14 – Manter e reformar os postos e unidades básicas de saúde;
- 2.1.15 – Implantar o PIUBS/Programa de Informações de Unidade Básica de Saúde;
- 2.1.16 - Aproximar os serviços de saúde para comunidades de difícil acesso
- 2.1.17 - Fiscalizar o serviço de coleta de resíduos hospitalares da saúde no município;
- 2.1.18 - Manutenção das equipes Estratégias de Saúde da Família existentes e implantar uma nova equipe no bairro Juremal. Trabalhando saúde preventiva e tratamento dos agravos;
- 2.1.19 - Garantir o atendimento a população em várias fases da vida (criança, adolescente, mulher, gestante, homem e idoso);
- 2.1.20 - Garantir as vacinas do calendário vacinal em todas fases da vida;
- 2.1.21 - Promover o acesso adequado à assistência farmacêutica, contemplando os diferentes programas de atenção à saúde;
- 2.1.22 - Implementar a vigilância das doenças agudas transmissíveis e doenças transmitidas por vetores e antropozoonoses para adoção de medidas de controle adequadas e oportunas;
- 2.1.23 - Implantação do Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD);
- 2.1.24 - Implantar academias ao ar livre na praça do bairro juremal e no paredão da barragem;
- 2.1.25 - Manter a assistência de suporte alimentar e nutricional a usuários com agravos a saúde;
- 2.1.26 - Manter o consórcio intermunicipal para manutenção da porta de entrada do Hospital Regional de São Paulo do Potengi, buscando o fortalecimento da rede de urgência e emergência;
- 2.1.27 - Manter em parceria com outros municípios o SAMU POTENGI;
- 2.1.28 - Garantir a estrutura necessária para o trabalho de todos as unidades de saúde com equipamentos, insumos e sistemas de informação atualizado;



- 2.1.29 - Manter e/ou ampliar os serviços de média complexidade existente na policlínica e SAE, CRIA, CEO, CAPS e CRO;
- 2.1.30 - Assegurar a contratação e a boa execução dos serviços e a transferência financeira a entidades privadas que atuam junto ao SUS, permitindo o pleno atendimento à comunidade local;
- 2.1.31 - Assegurar o apoio e funcionamento do Conselho Municipal, permitindo a plena participação comunitária no controle social;
- 2.1.32 - Manter as especialidades já existentes e implantar novas especialidades na policlínica Dr. Dagmar Fernandes;
- 2.1.33 - Implantar o programa de suplementação nutricional (NUTRISUS) nas UBS, com distribuição do suplemento de vitaminas e minerais ao público alvo definido pelo ministério da saúde;
- 2.1.34 - Garantir as gestantes o acompanhamento do pré-natal com no mínimo 7 consultas, bem como exames necessários e medicação exclusivos da gestação;
- 2.1.35 - Garantir exames preventivos de câncer de colo de útero e de mama em mulheres;
- 2.1.36 - Garantir o acompanhamento de desenvolvimento e crescimento do recém-nascido e da criança na primeira infância, bem como os exames de teste do pezinho, teste da linguinha e teste do olhinho no município;
- 2.1.37 - Investigar óbitos maternos, fetais e infantis ocorrido no município em tempo hábil;
- 2.1.38 - Realizar parcerias com outras secretarias para desenvolvimento de projetos voltados a prevenção e manutenção da saúde, bem como a cultura de paz e redução de acidentes de trânsito;
- 2.1.39 - Manter o atendimento, acolhimento e acompanhamento de pessoas com deficiências mentais, buscando sempre a reinserção social;
- 2.1.40 - Manter o Programa Saúde na Escola trabalhando temas como a prevenção de obesidade infantil, doenças oculares, gravidez na adolescência, detecção de deficiências intelectuais;
- 2.1.41 - Implantação do Projeto Saúde Total que buscará a adesão da população a hábitos de vida saudáveis com a finalidade de redução de doenças crônicas não transmissíveis;
- 2.1.42 - Promover e incentivar a educação permanente dos trabalhadores em saúde;
- 2.1.43 - Realização de campanhas preventivas em alusão ao câncer de mama, de próstata, de prevenção ao suicídio, de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis;
- 2.1.44 - Garantir os medicamentos necessários para portadores de doenças crônicas não transmissíveis como insulinas de alto custo;
- 2.1.45 - Manter o programa de entrega de medicação de alto custo provenientes da UNICAT;
- 2.1.46 - Readequar e expandir o atendimento de transporte a usuários em tratamento na capital do Estado, especialmente aqueles que tem tratamento contínuo como hemodiálise e câncer;
- 2.1.47 - Fortalecer a política de atenção ao idoso adotando ações que favoreçam o envelhecimento saudável e a qualidade de vida do idoso, buscando implantar grupo de idosos nas UBS;
- 2.1.48 - Implantação do Projeto Novo Sorriso na UBS e escolas;
- 2.1.49 - Manter a Central de Abastecimento farmacêutico – CAF;
- 2.1.50 - Implantar farmácias básicas nas UBS que ainda não tem;

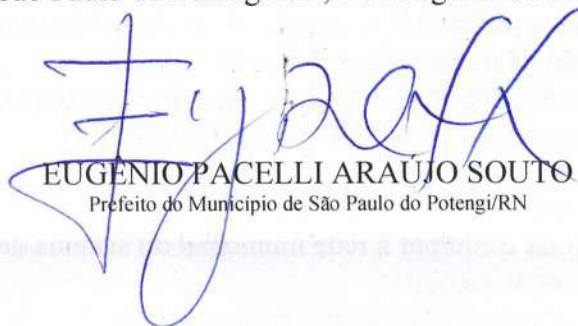
2.2 – Na área da Assistência Social

- 2.2.1 – Apoiar as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
- 2.2.2 – Manutenção do Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- 2.2.3 - Implantar os projetos sociais pertinentes à pasta;
- 2.2.4 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV para idosos, crianças e adolescentes, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);



- 2.2.5 – Manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- 2.2.6 – Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional à criança e ao adolescente em situação de violência e risco social;
- 2.2.7 – Manutenção das ações do Cadastro Único e do Bolsa Família;
- 2.2.8 – Manutenção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
- 2.2.9 – Manutenção dos Programas Primeira Infância e Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- 2.2.10 – Manutenção das ações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- 2.2.11 – Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- 2.2.12 – Manutenção do Fundo para Infância e Adolescência (FIA);
- 2.2.13 – Manutenção e reforma dos prédios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- 2.2.14 – Implantar o programa de doação de cestas básicas às famílias com risco social;

São Paulo do Potengi/RN, 30 de agosto de 2021.



EUGENIO PACHELI ARAUJO SOUTO
Prefeito do Município de São Paulo do Potengi/RN



ANEXO II - DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO

I – ORÇAMENTO FISCAL NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1.1 – Na área da Administração

- 1.1.1 - Ampliar o sistema de informatização do município;
- 1.1.2 – Ampliar e equipar os serviços das unidades administrativas;
- 1.1.3 – Incentivar, patrocinar e promover cursos que visem à capacitação e reciclagem do servidor público;
- 1.1.4 – Adquirir novos imóveis;

1.2 - Nas áreas do Meio Ambiente e Urbanismo

- 1.2.1 - Edificar e estruturar áreas para tratamento de resíduos sólidos e líquidos;
- 1.2.2 - Construir unidades sanitárias nas áreas urbana e rural do município;
- 1.2.3 – Construir estação de transbordo de resíduos sólidos;
- 1.2.4 – Edificar e estruturar sistemas integrados de oferta de recursos hídricos;
- 1.2.5 – Ampliar sistemas de abastecimento de água potável;

1.3 - Na área da Educação

- 1.3.1 – Recuperar, ampliar e equipar a rede municipal do sistema de ensino;
- 1.3.2 – Construção de novas escolas;
- 1.3.3 – Aquisição de novas unidades de transporte escolar;
- 1.3.4 – Edificar e estruturar áreas de prática esportiva;
- 1.3.5 – Construir e equipar cozinhas, refeitórios e câmaras frigoríficas em escolas;
- 1.3.6 – Construir acessibilidade nas escolas;
- 1.3.7 – Atualização dos projetos arquitetônicos e complementares das escolas municipais;
- 1.4.8 - Construir uma nova unidade de Ensino no bairro Novo Juremal;
- 1.4.9 - Construir quadras esportivas nas unidades de ensino: Escola Municipal Professora Francisca Azevedo, Escola Municipal Monsenhor Expedito;
- 1.4.10 - Reformar e ampliar as unidades de ensino;
- 1.4.11 - Recuperar e manter a estrutura física dos equipamentos das unidades escolares e espaços ligados a secretaria;
- 1.4.12 - Reformar a sede da Secretaria Municipal de Educação;
- 1.4.13 - Adquirir novos ônibus para atender a demanda do transporte escolar;
- 1.4.14 - Adquirir transporte para a Secretaria Municipal de Educação;
- 1.4.15 - Construir e equipar cozinhas e refeitórios nas escolas;
- 1.4.16 - Informatizar e equipar a Secretaria Municipal de Educação;
- 1.4.17 - Adquirir veículo adequado e seguro para transportar a merenda escolar para as escolas urbanas e rurais;
- 1.4.18 - Informatizar e instrumentalizar as escolas públicas municipais com equipamentos e materiais educativos que garantam o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

1.4 - Nas áreas da Cultura e Turismo

- 1.4.1 – Aquisição de instrumentos musicais para os programas com jovens;



1.4.2 – Criar e equipar o coral municipal;

1.4.3 – Construir equipamentos que visem o desenvolvimento do turismo e do lazer.

1.5 - Nas áreas dos Transportes e Trânsito

1.5.1 – Adquirir equipamentos/máquinas para efetuar o melhoramento das estradas do município;

1.5.2 – Adquirir veículos para equipar a frota municipal;

1.5.3 – Instalar novos abrigos rodoviários e reformar os existentes;

1.5.4 – Efetuar a pavimentação e urbanização das ruas do município;

1.6 - Nas áreas do Trabalho e Habitação

1.6.1 – Edificar novas unidades de habitação popular;

1.6.2 – Adquirir novas áreas urbanas de terrenos para programas de habitação popular;

1.7 – Na área do Desenvolvimento Rural

1.7.1 – Adquirir equipamentos e máquinas que propiciem assistência ao pequeno agricultor e ao pescador;

1.7.2 – Recuperar e construir barreiros em terras de pequenos agricultores;

1.7.3 – Construir e instalar poços artesianos na zona rural;

1.7.4 – Construção de reservatório de água nas comunidades rurais;

1.7.5 - Aquisição de máquinas e implementos agrícolas;

1.7.6 - Aquisição de equipamentos e ferramentas agropecuários para suporte a assistência técnica.

1.7.7 – Recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola;

1.7.8 - Ampliação do Programa de abastecimento de água em carros pipas;

1.7.9 - Ampliação da disponibilidade hídrica com projetos de escavação e manutenção de barreiros, cacimbas e cisternas;

1.8 – Nas áreas do Esporte e Lazer

1.8.1 – Construir quadras e espaços com equipamentos esportivos;

1.8.2 – Construir os vestiários e alambrados nas quadras de esportes do município;

1.8.3 – Ampliação e manutenção dos estádios de futebol;

1.8.4 – Instalação de academias para a terceira idade;

1.8.5 – Construção de uma área de lazer para atividades desportivas diversas;

1.8.6 - Adquirir ônibus para o transporte de equipes para eventos e competições esportivas, assim como jovens para eventos de formação.

1.8.7 – Adquirir equipamentos permanentes que promovam acessibilidade aos espaços esportivos e de lazer;

1.8.8 – Ampliação e reformar de prédios municipais que atendem o esporte;

1.8.9 - Construir arquibancada no campo de areia do Centro de Esporte e Lazer;

1.9 – Nas áreas de Obras e Serviços Públicos

1.9.1 – Ampliar e modernizar o sistema de iluminação pública;

1.9.2 – Ampliar os cemitérios públicos;

1.9.3 – Construir o mercado público e a nova rodoviária;

1.9.4 – Construir e reformar praças públicas;

1.9.5 – Construir as novas unidades necessárias à administração do município, bem como os equipamentos públicos de uso comum;

1.9.6 – Pavimentar ruas das comunidades do município;



1.10 – Na área Fazendária

1.10.1 – Aquisição de veículos.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Na área da Saúde

- 2.1.1 – Adquirir veículos e equipamentos do sistema de saúde pública, em especial ambulâncias;
- 2.1.2 – Ampliar o sistema de saúde pública local;
- 2.1.3 – Instalar academias de terceira idade em comunidades urbanas e rurais;
- 2.1.4 – Construir e instalar pontos de apoio ao atendimento à saúde;
- 2.1.5 – Aquisição de veículo com capacidade para 7 lugares, no mínimo, para transporte de pacientes;
- 2.1.6 – Melhorar as instalações físicas das UBS municipais;
- 2.1.7 – Ampliação e reforma das UBS, conforme a necessidade;
- 2.1.8 - Promover a informatização da rede de saúde, implantando o prontuário eletrônico nas UBS.
- 2.1.9 - Implantação do Centro de Referência em Oncologia de abrangência da região Potengi;
- 2.1.10 - Assegurar as reformas necessárias nas UBS;
- 2.1.11 - Reequipar e reestruturar as UBS a fim de garantir o atendimento de urgências básica;
- 2.1.12 - Construção de unidades básicas de saúde no município;

2.2 - Na área da Assistência Social

- 2.2.1 – Construção da sede do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- 2.2.2 – Aquisição de equipamentos para as unidades da assistência social, inclusive para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- 2.2.3 – Equipar e reformar as Unidades Básicas de Assistência;
- 2.2.4 – Aquisição de veículo para a Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 2.2.5 – Construção de habitação de interesse social;

São Paulo do Potengi/RN, 30 de agosto de 2021.


EUGÊNIO PACELLI ARAUJO SOUTO
Prefeito do Município de São Paulo do Potengi/RN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
I – METAS ANUAIS
2022

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor corrente	Valor constante	% PIB	% RCL	Valor corrente	Valor constante	% PIB	% RCL	Valor corrente	Valor constante	% PIB	% RCL
Receita Total	56.881.306,11	56.310.152,42	-	117,90	61.395.200,00	59.553.340,15	-	121,08	64.710.300,00	62.445.430,00	-	119,48
Receitas Primárias (I)	50.646.205,69	49.962.481,23	-	116,50	57.549.036,00	55.822.564,92	-	119,67	57.403.188,00	55.394.076,42	-	118,11
Receitas Primárias Correntes	51.323.505,39	50.635.270,15	-	-	58.260.200,00	56.512.394,00	-	-	58.150.000,00	56.114.750,00	-	-
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	2.415.387,62	2.382.779,27	-	-	2.550.000,00	2.473.500,00	-	-	2.715.000,00	2.619.975,00	-	-
Contribuições	2.720.817,77	2.684.086,73	-	-	2.880.000,00	2.793.600,00	-	-	2.950.000,00	2.846.750,00	-	-
Transferências Correntes	46.136.700,00	45.513.854,55	-	-	48.730.000,00	47.268.100,00	-	-	52.415.000,00	50.580.475,00	-	-
Demais Receitas Primárias Correntes	50.600,00	49.916,90	-	-	60.000,00	58.200,00	-	-	70.000,00	67.550,00	-	-
Receitas Primárias de Capital	3.564.840,00	3.516.714,66	-	-	4.040.200,00	3.918.994,00	-	-	4.360.300,00	4.207.689,50	-	-
Despesa Total	56.881.306,11	56.113.408,47	-	129,91	61.395.200,00	59.553.340,00	-	127,76	64.710.300,00	62.445.439,50	-	119,33
Despesas Primárias (II)	56.465.542,74	55.703.257,91	-	129,89	60.996.511,20	59.166.615,67	-	127,00	64.189.262,00	59.337.137,83	-	118,45
Despesas Primárias Correntes	48.416.476,88	47.762.854,44	-	-	52.274.120,00	50.705.896,40	-	-	54.610.150,00	52.698.794,75	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	28.878.324,61	28.488.467,22	-	-	30.318.920,00	29.409.352,40	-	-	31.900.830,00	30.784.300,95	-	-
Outras Despesas Correntes	19.538.152,27	19.274.387,21	-	-	21.084.230,62	20.451.703,10	-	-	22.181.450,00	20.440.099,25	-	-
Despesas Primárias de Capital	7.619.065,86	7.516.208,47	-	-	8.224.720,41	7.977.578,79	-	-	8.665.984,00	8.362.674,56	-	-
Pagamento de Restos a pagar de Despesas Primárias	430.000,00	424.195,00	-	-	435.000,00	421.950,00	-	-	440.000,00	424.600,00	-	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	(5.819.337,05)	(5.740.776,68)	-	(13,39)	(3.447.475,20)	(3.444.050,75)	-	(7,33)	(6.039.262,00)	(5.827.887,83)	-	(0,34)
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	(5.819.337,05)	(5.740.776,68)	-	(13,39)	(3.447.475,20)	(3.444.050,75)	-	(7,33)	(6.039.262,00)	(5.827.887,83)	-	(0,34)
Dívida Pública Consolidada	388.907,40	383.656,75	-	0,89	397.074,46	385.162,22	-	0,88	398.543,63	384.594,60	-	0,82
Dívida Consolidada Líquida	(8.911.092,60)	(8.790.792,25)	-	(20,50)	(9.098.225,54)	(8.825.278,77)	-	(20,16)	(9.131.888,98)	(8.812.272,86)	-	(18,83)
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias geradas de PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte: /Relatórios da LRF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
									Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	38.234.395,20	-	119,55	48.610.482,98	-	114,24	-	114,24	10.376.087,78	27,14
Receitas Primárias (I)	37.740.458,70	-	118,00	48.082.713,11	-	113,00	-	113,00	10.342.254,41	27,40
Despesa Total	60.017.332,20	-	187,66	48.556.578,71	-	114,12	-	114,12	(11.460.753,49)	(19,10)
Despesas Primárias (II)	63.086.444,77	-	147,73	52.805.233,11	-	124,10	-	124,10	(10.281.211,66)	(16,30)
Resultado Primário (I - II)	(25.345.986,07)	-	(79,25)	(4.722.520,00)	-	(11,10)	-	(11,10)	20.623.466,07	(81,37)
Resultado Nominal	(25.345.986,07)	-	(79,25)	(4.722.520,00)	-	(11,10)	-	(11,10)	20.623.466,07	(81,37)
Dívida Pública Consolidada	340.016,73	-	1,06	339.959,79	-	0,80	-	0,80	(56,94)	(0,02)
Dívida Consolidada Líquida	(8.159.983,27)	-	(25,51)	(8.159.005,70)	-	(19,18)	-	(19,18)	977,57	(0,01)

Fonte: / Relatórios da LRF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

ESPECIFICAÇÃO	VALORES APREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	-	50.918.256,24	-	43.345.408,82	(14,88)	56.887.940,14	31,24	61.395.200,00	7,92	64.710.300,00	5,38
Receitas Primárias (I)	-	50.256.318,67	-	42.777.583,15	(14,89)	56.141.785,52	31,24	60.590.922,88	7,91	63.862.290,11	5,39
Despesa Total	NADA A DECLARAR	48.556.578,71	-	43.345.408,82	(10,74)	56.887.940,33	31,25	61.395.200,00	7,92	64.710.300,00	5,38
Despesas Primárias (II)	-	52.805.233,11	-	47.133.796,65	(10,75)	61.865.634,75	31,25	66.761.140,48	7,91	70.365.650,12	5,39
Resultado Primário (III) = (I - II)	-	(2.548.914,44)	-	(4.356.213,50)	70,90	(5.723.849,23)	31,39	(6.170.217,60)	7,79	(6.503.360,01)	5,39
Resultado Nominal	-	(2.548.914,44)	-	(4.356.213,50)	70,90	(5.723.849,23)	31,39	(6.170.217,60)	7,79	(6.503.360,01)	5,39
Dívida Pública Consolidada	-	339.959,79	-	313.635,00	(7,74)	388.907,40	24,00	397.074,46	2,10	398.543,63	0,37
Dívida Consolidada Líquida	-	(8.159.005,70)	-	(7.186.365,00)	(11,93)	(8.911.092,60)	24,00	(9.098.225,54)	2,09	(9.131.888,98)	0,36

ESPECIFICAÇÃO	VALORES APREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	-	50.918.256,24	-	43.345.408,82	(14,88)	56.887.940,14	31,24	61.395.200,00	7,92	64.710.300,00	5,38
Receitas Primárias (I)	-	50.256.318,67	-	42.777.583,15	(14,89)	56.141.785,52	31,24	60.590.922,88	7,91	63.862.290,11	5,39
Despesa Total	NADA A DECLARAR	48.556.578,71	-	43.345.408,82	(10,74)	56.887.940,33	31,25	61.395.200,00	7,92	64.710.300,00	5,38
Despesas Primárias (II)	-	52.805.233,11	-	47.133.796,65	(10,75)	61.865.634,75	31,25	66.761.140,48	7,91	70.365.650,12	5,39
Resultado Primário (III) = (I - II)	-	(2.548.914,44)	-	(4.356.213,50)	70,90	(5.723.849,23)	31,39	(6.170.217,60)	7,79	(6.503.360,01)	5,39
Resultado Nominal	-	(2.548.914,44)	-	(4.356.213,50)	70,90	(5.723.849,23)	31,39	(6.170.217,60)	7,79	(6.503.360,01)	5,39
Dívida Pública Consolidada	-	339.959,79	-	313.635,00	(7,74)	388.907,40	24,00	397.074,46	2,10	398.543,63	0,37
Dívida Consolidada Líquida	-	(8.159.005,70)	-	(7.186.365,00)	(11,93)	(8.911.092,60)	24,00	(9.098.225,54)	2,09	(9.131.888,98)	0,36

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

	2020	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	(1.942.003,21)	100,00	(4.632.669,10)	100,00	8.219.963,54	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(1.942.003,21)	100,00	(4.632.669,10)	100,00	8.219.963,54	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

	2020	%	2019	%	2018	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte: / Relatórios da LRF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	-	-	60.000,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	60.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	NADA A DECLARAR	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	-	-	60.000,00
Inversões Financeiras	-	-	60.000,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	60.000,00
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2020	2019	2018
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: / Relatórios da LRF

PREVIDÊNCIA DE SÃO PAULO DO POTENGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

Page 1 of 3

RS 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)	
		Jan a Ago/2021	874.621,79
RECEITAS CORRENTES (I)	1.758.472,94	874.621,79	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Contribuições	1.612.830,94	822.618,81	0,00
Receta Patrimonial	145.642,00	51.487,53	0,00
Aplicações Financeiras (II)	145.642,00	51.487,53	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Cota Parte do FPM	0,00	0,00	0,00
Cota Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00
Cota Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00
Cota Parte do ITR	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	515,45	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	1.612.830,94	823.134,26	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00	0,00
Outras Aliações de Bens	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	1.612.830,94	823.134,26	0,00

PREVIDÊNCIA DE SÃO PAULO DO POTENGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

Page 2 of 3

RS 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	3.363.585,90	2.512.882,59	1.631.955,35	1.621.938,73	0,00	0,00	0,00
- Pessoal e Encargos Sociais	3.150.766,80	2.407.276,19	1.564.311,36	1.554.294,74	0,00	0,00	0,00
- Juros e Encargos da Dívida (XIV)	10.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outras Despesas Correntes	202.416,10	105.606,40	67.643,99	67.643,99	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	3.353.182,90	2.512.882,59	1.631.955,35	1.621.938,73	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	41.612,00	11.100,00	11.100,00	11.100,00	0,00	0,00	0,00
- Investimentos	15.604,50	11.100,00	11.100,00	11.100,00	0,00	0,00	0,00
- Investições Financeiras	26.007,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Aquisição de Título de Crédito (XIX)	26.007,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Demais Investições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	15.604,50	11.100,00	11.100,00	11.100,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV+XXI+XXII)	3.368.787,40	2.523.982,59	1.643.055,35	1.633.038,73	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XXIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							-809.904,47

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	
Jan a Ago/2021	
VALOR INCORRIDO	
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-809.904,47

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

PREVIDÊNCIA DE SÃO PAULO DO POTENGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Agosto 2021/BIMESTRE Julho - Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RS 1

ABAIXO DA LINHA	SALDO	
	Em 31/Dez/2020 (a)	Jan a Ago/2021 (b)
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	0,00	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO		
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		0,00
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superavit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)	R\$ milhares
EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	NADA A DECLARAR
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	#VALOR
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	#VALOR
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	#VALOR

Fonte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO - RISCOS FISCAIS

2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas		NADA A DECLARAR	
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Fonte:

IPREVSAPP - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SÃO PAULO DO POTENCIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2020 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	DESPESA PREVIDENCIÁRIA	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" exercíci anterior) + (c)
2020	1.801.764,88	4.412.782,44	-2.611.017,56	-4.668.522,00
2021	1.694.050,80	4.936.016,69	-3.241.965,89	-7.910.487,89
2022	1.656.325,32	5.145.442,41	-3.489.117,09	-11.399.605,00
2023	1.622.773,61	5.338.881,56	-3.716.107,95	-15.115.712,95
2024	1.584.086,53	5.559.018,31	-3.974.931,78	-19.090.644,73
2025	1.548.249,77	5.767.492,79	-4.219.243,02	-23.309.887,75
2026	1.480.270,42	6.122.635,50	-4.642.365,08	-27.952.252,83
2027	1.376.599,22	6.639.809,50	-5.263.210,28	-33.215.463,11
2028	1.310.904,56	6.982.711,76	-5.671.807,20	-38.887.270,31
2029	1.230.926,23	7.388.092,00	-6.157.165,77	-45.044.436,08
2030	1.123.041,47	7.916.944,44	-6.793.902,97	-51.838.339,05
2031	1.048.310,80	8.291.064,75	-7.242.753,95	-59.081.093,00
2032	926.019,73	8.875.302,09	-7.949.282,36	-67.030.375,36
2033	814.832,97	9.402.373,67	-8.587.540,70	-75.617.916,06
2034	723.143,55	9.833.689,85	-9.110.546,30	-84.728.462,36
2035	681.644,04	10.028.341,28	-9.346.697,24	-94.075.159,60
2036	551.224,54	10.617.252,60	-10.066.028,06	-104.141.187,66
2037	533.069,60	10.685.708,22	-10.152.638,62	-114.293.826,28
2038	503.928,43	10.792.861,27	-10.288.932,84	-124.582.759,12
2039	487.145,66	10.831.284,63	-10.344.138,97	-134.926.898,09
2040	449.831,81	10.949.344,87	-10.499.513,06	-145.426.411,15
2041	406.498,81	11.080.038,74	-10.673.539,93	-156.099.951,08
2042	358.232,29	11.217.526,94	-10.859.294,65	-166.959.245,73
2043	319.570,74	11.294.533,36	-10.974.962,62	-177.934.208,35
2044	282.354,94	11.347.571,90	-11.065.216,96	-188.999.425,31
2045	265.648,21	11.289.315,07	-11.023.666,86	-200.023.092,17
2046	203.967,75	11.416.423,64	-11.212.455,89	-211.235.548,06
2047	164.433,88	11.423.368,25	-11.258.934,37	-222.494.482,43
2048	122.648,84	11.420.875,87	-11.298.227,03	-233.792.709,46
2049	118.915,97	11.225.795,82	-11.106.879,85	-244.899.589,31
2050	58.638,10	11.267.150,77	-11.208.512,67	-256.108.101,98
2051	54.132,80	11.035.537,40	-10.981.404,60	-267.089.506,58
2052	48.557,89	10.789.603,27	-10.741.045,38	-277.830.551,96
2053	31.394,16	10.577.565,96	-10.546.171,80	-288.376.723,76
2054	19.224,17	10.324.729,49	-10.305.505,32	-298.682.229,08
2055	11.211,97	10.035.914,98	-10.024.703,01	-308.706.932,09
2056	7.643,72	9.710.955,91	-9.703.312,19	-318.410.244,28
2057	4.081,97	9.371.380,91	-9.367.298,94	-327.777.543,22
2058	523,93	9.018.786,50	-9.018.262,57	-336.795.805,79
2059	403,88	8.639.201,91	-8.638.798,03	-345.434.603,82
2060	307,56	8.249.946,38	-8.249.638,82	-353.684.242,64
2061	231,55	7.853.130,97	-7.852.899,42	-361.537.142,06
2062	172,72	7.450.784,73	-7.450.612,01	-368.987.754,07
2063	128,50	7.044.956,60	-7.044.828,10	-376.032.582,17
2064	96,14	6.637.786,54	-6.637.690,40	-382.670.272,57
2065	72,90	6.231.308,91	-6.231.236,01	-388.901.508,58
2066	56,39	5.827.503,27	-5.827.446,88	-394.728.955,46
2067	45,03	5.428.515,49	-5.428.470,46	-400.157.425,92
2068	37,46	5.036.281,55	-5.036.244,09	-405.193.670,01
2069	32,41	4.652.575,69	-4.652.543,28	-409.846.213,29
2070	28,95	4.279.182,69	-4.279.153,74	-414.125.367,03
2071	26,46	3.917.747,43	-3.917.720,97	-418.043.088,00
2072	24,45	3.569.490,83	-3.569.466,38	-421.612.554,38
2073	22,64	3.235.494,04	-3.235.471,40	-424.848.025,78
2074	20,93	2.916.899,43	-2.916.878,50	-427.764.904,28
2075	19,30	2.614.806,77	-2.614.787,47	-430.379.691,75
2076	17,74	2.330.044,40	-2.330.026,66	-432.709.718,41
2077	16,27	2.063.257,54	-2.063.241,27	-434.772.959,68
2078	14,87	1.815.044,45	-1.815.029,58	-436.587.989,26

IPREVSAPP - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SÃO PAULO DO POTENGI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2020 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

2079	13,54	1.585.892,70	-1.585.879,16	-438.173.868,96
2080	12,28	1.376.033,50	-1.376.021,22	-439.549.889,96
2081	11,08	1.185.390,95	-1.185.379,87	-440.735.269,96
2082	9,96	1.013.557,90	-1.013.547,94	-441.748.817,96
2083	8,91	859.701,87	-859.692,96	-442.608.510,96
2084	7,93	722.748,25	-722.740,32	-443.331.250,96
2085	7,02	601.601,55	-601.594,53	-443.932.845,96
2086	6,18	495.131,25	-495.125,07	-444.427.970,96
2087	5,40	402.185,20	-402.179,80	-444.830.150,96
2088	4,70	321.732,25	-321.727,55	-445.151.877,96
2089	4,06	252.860,55	-252.856,49	-445.404.734,96
2090	3,47	194.735,49	-194.732,02	-445.599.466,96
2091	2,95	146.594,01	-146.591,06	-445.746.057,96
2092	2,48	107.591,18	-107.588,70	-445.853.645,96
2093	2,06	76.732,12	-76.730,06	-445.930.376,96
2094	0,00	0,00	0,00	-445.930.376,96

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.651]. IPREVSAPP - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SÃO PAULO DO POTENGI

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 31/12/2018 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:



PREVIDÊNCIA DE SÃO PAULO DO POTENGI
RUA BENTO URBANO, 04, CENTRO
21023657/0001-44

Página: 1 of 1

Cadastro de Programas

Programa Objetivo	Descrição	Tipo	Publico
1002	GESTÃO ADMINISTRATIVA	Anual	
1016	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS	Anual	